

## Ameaça juvenil

Redução da maioridade penal e medo no jornal *O Globo*\*

Maitê Nora Mendes\*\*

### Resumo

A discussão sobre a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos na Câmara dos Deputados em 2015 despertou o interesse pelos discursos da imprensa sobre criminalidade juvenil. O objetivo deste artigo é compreender os efeitos de subjetivação desses discursos sobre a infância pobre, a partir das categorias do medo e de “classes perigosas”. A análise será feita nas reportagens sobre a redução da maioridade penal e na cobertura de atos infracionais cometidos por crianças ou adolescentes em *O Globo* de abril de 2015. Como metodologia, usaremos a Análise do Discurso (AD) de linha francesa.

**Palavras-chave:** criminalidade juvenil; imprensa; medo.

### Abstract

The discussion of lowering age of criminal responsibility from 18 years old to 16 years old in Brazil's congress waken the interest about press discourses about juvenile delinquency. This article's goal is to understand the effects of theses discourses in the subjectivity of poor childhood. We use two main theoretical threads: fear and “dangerous social classes”. The analysis is based on *O Globo* newspaper at april 2015 using Discourse Analysis.

**Key-words:** juvenile delinquency; press; fear.

Em editorial de apoio à redução da maioridade penal, em 6 de julho de 2015, *O Globo*, entre outros argumentos, classificou a “delinquência juvenil” como “uma crescente ameaça à segurança da sociedade”<sup>i</sup>, praticada por jovens “perigosos e delinquentes” (OPÇÕES, 2015, p.14). Nesse artigo, pretendemos analisar de que forma essa ideia de “ameaça” se refletirá nas reportagens do jornal. O objetivo é compreender os efeitos desses discursos na produção de subjetividade da infância pobre, a partir das categorias do medo e de “classes perigosas”.

A análise será feita nas reportagens sobre criminalidade juvenil e redução da maioridade penal do jornal *O Globo* durante abril de 2015. Este é o primeiro mês em que, após a aprovação

---

\* Trabalho apresentado no XIII Póscom, de 23 a 25 de novembro de 2016, no GT4 - Narrativas & Subjetividades.

\*\* Jornalista e mestrandia do Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Contato: maitemendes@yahoo.com.br

na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), uma comissão especial da Câmara dos Deputados estuda a Proposta de Emenda Constitucional 171, que propõe a redução da maioria penal de 18 para 16 anos<sup>ii</sup>. Como metodologia, usaremos a Análise do Discurso (AD) de linha francesa, a partir dos estudos de Eni Orlandi.

Para a AD, os sentidos não são naturais e nem transparentes, ou seja, não estão prontos, e são constituídos na interação entre quem escreve e quem lê dentro de determinadas condições sócio-históricas (ORLANDI, 1991). Portanto, nosso objetivo não é buscar o significado “verdadeiro” das reportagens produzidas pelo *O Globo*, mas entender quais são as estratégias discursivas usadas pelo jornal que reforçam a ideia de determinados grupos de adolescentes como uma ameaça. Trabalharemos com o conceito de memória discursiva, entendida pela AD como “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (ORLANDI, 2009: 31).

## 1. Violência e Mídia

Neder (1997: 21) afirma que, em razão da predominância do conservadorismo na política, desde a transição do regime militar para o Estado de Direito, a questão da violência tem sido levada para o centro nervoso do debate nacional. E a mídia tem papel preponderante nisso. Segundo Benevides (1983), a partir dos anos 1980, quando a ditadura civil-militar perdia força e o país iniciava o processo de abertura política, a imprensa, mesmo os jornais mais “contidos”, voltados para a classe média, “tornou-se o veículo natural para divulgação cotidiana de noticiário de violência e de criminalidade, assim como o espaço para a discussão de suas causas e de propostas para seu combate e repressão”.

Conforme explica Machado (2008: 150), a mídia é um determinado modo de produção discursiva, com rotinas e modos narrativos próprios, que estabelece “alguns sentidos sobre o real no processo de sua apreensão e relato”. O modo como a mídia fala sobre a violência faz parte da própria realidade da violência. Seus discursos têm caráter estruturador. Por isso, entender os discursos midiáticos sobre a violência é fundamental para entender as propostas de combate a ela.

Guattari (1992: 11) afirma que a produção de subjetividade depende, entre outros componentes, dos elementos fabricados pela indústria da mídia, uma vez que as máquinas da informação e da comunicação “operam no núcleo da subjetividade humana, não apenas no seio

das suas memórias, da sua inteligência, mas também da sua sensibilidade, dos seus afetos, dos seus fantasmas inconscientes”.

Em abril de 2015, *O Globo* trouxe dez reportagens que envolviam a discussão da redução da maioridade penal, além de um editorial de posicionamento favorável à medida e de artigos contrários e favoráveis. Em todo o mês, o jornal teve oito reportagens sobre crimes com envolvimento de menores de idade. Em duas delas (arrastão em trem e idosa baleada), o adolescente acompanhava um maior de idade. Nas outras seis (roubos na Lagoa e adolescente baleada), todos os suspeitos eram menores de idade.

Embora a redução da maioridade penal seja uma questão nacional, a cobertura jornalística de segurança pública é, prioritariamente, voltada para problemas locais, a partir de uma cristalização de sentidos do termo “violência urbana”. Matheus (2008) afirma que o que se entende por violência urbana nos jornais do Rio de Janeiro é um conjunto limitado de problemas de natureza social, política, econômica e cultural, do qual estão excluídos diversos atos criminais violentos, como os domésticos, de trânsito, e os estados estruturais de violência, como a falta de acesso à saúde e habitação, entre outros.

A exploração do medo reatualiza uma memória discursiva do Rio de Janeiro como local violento e perigoso. Segundo Birmann (2009), desde a década de 1980, a mídia brasileira associa, progressivamente, a imagem do Rio com a falta de segurança, uma reputação que ganhou repercussão inclusive no âmbito internacional. No entanto, Silva (2010) demonstra que os índices de criminalidade violenta da cidade não são maiores que em outras capitais do país, como São Paulo, Vitória, Porto Velho e Recife, por exemplo. O Conselho Cidadão pela Seguridade Social Pública e Justiça Penal confirma isso. A ONG mexicana elabora anualmente um ranking das 50 cidades mais perigosas do mundo, contabilizando o número de homicídios por 100 mil habitantes. Desde 2011, nem Rio de Janeiro e nem São Paulo figuraram a lista, que em todos os anos contou com outras capitais brasileiras, como Maceió, João Pessoa, Fortaleza e Curitiba<sup>iii</sup>.

Silva (2010) aponta algumas hipóteses para a preponderância na cobertura jornalística das questões de segurança pública do Rio de Janeiro: além da sua história como capital federal, porto e centro turístico nacional e internacional, uma percepção de que a violência se desconcentrou, ultrapassando os limites de determinados grupos e classes sociais. Benevides (1983: 22) também destaca que a partir dos anos 1980, quando o enfoque midiático voltou-se para a violência urbana,

os delitos “marginais” passavam a atingir, “de forma espetacular, os bairros de classe média e da burguesia”.

Entretanto, essa ideia de expansão da criminalidade, que vem de um grupo/local específico da cidade e passa a atingir a outros, onde a criminalidade não existia anteriormente, só pode ser sustentada com o silenciamento das violências outras, aquelas que não são classificadas pelos jornais como “a” violência urbana. Ventura (1994) fala sobre a violência urbana da “juventude transviada” da década de 1950. Jovens de classe média e alta que faziam pegadas de carros no Alto da Boa Vista e *roleta paulista* nas ruas da Zona Sul. Um de seus crimes emblemáticos foi o estupro e assassinato da jovem Aída Curi, em Copacabana, cometido por Ronaldo Guilherme de Souza Castro e Cássio Murilo Ferreira da Silva.

Eles inauguraram um modelo de agressividade, cruel e gratuita, que não encontrava equivalente na violência praticada pelos malandros do morro de então. Essa geração do asfalto, que se divertia com brincadeiras de atear fogo em mendigos, antecipou uma vertente moderna da violência urbana – a que é movida pelo prazer da crueldade (VENTURA, 1994, p.33).

Isso sem falar da violência estatal. O relatório “Você matou meu filho”, da Anistia Internacional, estima que em um período de 10 anos, entre 2005 e 2014, foram registrados 8.466 “homicídios decorrentes de intervenção policial” no estado do Rio de Janeiro, sendo 5.132 somente na capital. Destes, 79% eram negros. Normalmente, o braço armado do Estado está voltado para classes e locais populares, mas também ultrapassa essas fronteiras em determinados períodos, conforme aponta Chauí (2006: 240), se referindo aos anos de repressão da ditadura civil-militar: “Bancas de jornal e sedes de associações bombardeadas, sequestros de líderes populares, mortes e espancamentos de trabalhadores, acionamento da Lei de Segurança Nacional contra líderes sindicais e parlamentares entraram na ordem do dia”.

## 2. Medo e Mídia

A cultura do medo, segundo Glassner (2003), não se relaciona apenas com a criminalidade, mas se baseia no alarmismo sobre diversos aspectos da vida: questões de saúde, estabilidade financeira, acidentes de avião, etc. Há sempre algo a temer: o surto de uma nova doença (Ebola e Zica estão entre os exemplos mais recentes), uma suposta crise financeira, um ataque terrorista. Esse medo, porém, é frequentemente equivocado. Para Glassner (2003),

tememos as coisas erradas. Ao falar da realidade dos Estados Unidos, dá o exemplo de que se teme o fuzilamento em escolas, mas não o porte de armas para pessoas físicas.

Para Chalhoub (1996), o medo é a “dimensão oculta” da história, escondido atrás de argumentos lógicos e sofisticados que desqualificam e combatem aquilo que é inconfessavelmente temido. Nem sempre admitido, mas frequentemente explorado por agentes políticos, inclusive a mídia, o medo serve para elucidar momentos pontuais e longos períodos históricos.

A arquitetura do medo não é, de certo, aleatória. Inspirado no estudo da antropóloga Mary Douglas, Glassner (2003: 37) afirma que, entre as infinitas possibilidades, os perigos a serem temidos são selecionados “por importância específica, porque ofendem os princípios morais básicos da sociedade, ou porque possibilitam críticas a grupos e instituições vistos com maus olhos”. No Brasil, conforme demonstra Malaguti Batista (2003), o medo é sistematicamente trabalhado para impor medidas repressivas e de controle social. Medidas essas direcionadas a grupos bem delimitados: negros, em sua grande maioria, e pobres. No Brasil colonial e escravista, o medo girava em torno de uma possível insurreição dos negros; no início do século XX, o medo se materializava nas doenças, nos cortiços e seus moradores, a partir da década de 1930, o medo já estava nas favelas e em seus habitantes. (MATTOS, 2009; MALAGUTI BATISTA, 2003; COIMBRA, 2001).

Malaguti Batista (2003) argumenta, então, que o medo é um sentimento constitutivo da formação nacional. E que essa atmosfera (do medo) é construída em grande parte pelos meios de comunicação, que sustentam o poder do sistema penal ao fabricarem uma realidade para produção de indignação moral. Ao analisar o editorial do jornal Aurora Fluminense de 1829 de criminalização da atividade capoeira, Malaguti Batista (2003) aponta ideias-força presentes nos discursos do medo da imprensa: a maior importância à morte de brancos, as estratégias de polícia preventiva que consistem em atuar seletivamente nas revistas de negros, a diferenciação discursiva entre os matões e os cidadãos pacíficos e o apelo às tropas nos quartéis se a polícia não desse conta.

“Os medos impressos vão se constituindo, assim, em discursos que ferem e matam. O espetáculo de açoitamento de 700 pretos da Insurreição Malê, na Bahia, era o resultado concreto das medidas enérgicas clamadas pelos jornais da época” (BATISTA, 2003: 200). Outro exemplo histórico é Canudos, na Bahia. Contra Antônio Conselheiro e seus seguidores, “os jornais da

oposição se engajaram numa produção de medo” que ajudou a construir o massacre anunciado (BARTELT, 2014).

### 3. Jovens perigosos

Coimbra (2001) mostra como na história do Rio de Janeiro, principalmente no decorrer do século XX, foi construída a associação entre pobreza e a ideia de “classes perigosas”, aquelas que representam ameaças para as classes dominantes e sob as quais serão impostas medidas de controle e eliminação. Construção esta feita com colaboração da imprensa, que ajuda a naturalizar essa associação e a cristalizar o “rosto” daqueles que “por não conseguirem ser ‘domesticados’, docilizados e tornados produtivos, são mostrados como ‘perigo social’, ‘fardo social’ e, por extensão, dispensáveis” (Op. Cit: 250). A autora destaca algumas personagens que compõem essas “classes perigosas”: os moradores de favelas e periferias- negros e pardos, em sua maioria, por se oporem ao ideário higienista dos anos 1930 e 1940; a figura do malandro, que não se submete ao mercado de trabalho, tão exaltado na Era Vargas; e, a partir das décadas de 1950 e 1960, os migrantes das zonas rurais, “avaliados como despreparados e incapazes para se adaptar à vida urbana”. (Op. Cit: 114). O imaginário de “classes perigosas” se voltará também para a infância pobre, a infância em perigo, aquela que poderia compor, num futuro próximo, a ameaça à segurança pública e que, por isso, deveria ter “suas virtualidades sob controle permanente” (Op. Cit: 92).

Em 1º de abril de 2015, dia seguinte à aprovação da PEC da redução da maioria penal na CCJ, além de destacar a votação, *O Globo* noticia a captura de dois suspeitos de fazerem um arrastão no trem da SuperVia dois dias antes. “Dois jovens são capturados após arrastão em trem” (NASCIMENTO, 2015, p. 16), dizia o título, que coloca em evidência a juventude dos suspeitos, que tinham, segundo o texto, 19 e 16 anos. Seria possível redigir o título substituindo “jovens” por “suspeitos”, “rapazes” ou mesmo “dupla” – palavra usada no subtítulo. A escolha por “jovens”, no dia em que a redução da maioria penal ganhava as chamadas dos jornais, pode servir para reafirmar que essa faixa etária é um problema à segurança pública.

Além disso, a frase escolhida para o “olho”<sup>iv</sup> da matéria ressalta que: “Eram rapazes eram frios, capazes de atirar e matar” (NASCIMENTO, 2015, p. 16). No corpo do texto, a fala de uma das vítimas diz que os rapazes não tinham nada a perder, em contraponto a ela, que trabalhava e estudava.

Escolhas como essas, de enfatizar a “frieza” dos assaltantes e de contrapor aqueles que têm e os que não têm nada a perder, indicam um direcionamento de sentidos para diferenciação, conforme diz Batista (2003), entre matões e cidadãos pacíficos; entre um “nós”, trabalhadores e estudantes, cidadãos de bem *versus* um “eles”, jovens frios, capazes de matar, que não têm nada a perder. São *eles* a “ameaça” à *nossa* segurança.

Para Chauí (2006), essa diferenciação se faz possível por meio do mito da “não-violência brasileira”, cuja função é, por um lado, admitir que a violência existe, mas, por outro, disvinculá-la da sociedade brasileira como um todo e deslocá-la para um grupo específico. Fazendo, assim, parecer que a violência é um acidente, e não um fator estruturante da sociedade brasileira. Esse mito se funda, conforme abordado anteriormente, no silenciamento de determinados tipos de violência.

(...) admitir que tortura, racismo e discriminação sexual são violência seria admitir que as “forças da ordem” são violentas e que há violência nas relações sociais brasileiras. Ao contrário, se permanecer miticamente localizada no bandido, a violência conservará a separação entre “nós, brasileiros” e “eles”, além de ficar reduzida à violação da propriedade privada, de sorte que “eles” tenderão a ser os “pobres” e, em casos excepcionais, bandidos de colarinho branco (CHAUÍ, 2006: 126).

Segundo aponta Chauí (2006), na história do país, revoltas como de Palmares, Balaiada, Canudos, greves no campo, no século XIX, e urbanas durante o século XX, aparecem “como se fossem momentos de irracionalidade e de imaturidade num povo inculto”. “História do vencedor e de sua memória, silêncio e destruição dos vencidos, eis uma violência jamais contestada, jamais mencionada” (Op. Cit: 241).

Tal qual o mito da não-violência, o mito do “homem cordial”<sup>v</sup>, perpetua-se, segundo Benevides (1983: 13), como negação do “lado escuro da alma brasileira”: “a prática da violência em nome da ordem, da moral, da religião... enfim, da própria ‘segurança nacional’”.

Assim, pensar a violência como uma característica de determinados grupos é negar o histórico de constituição da realidade social brasileira, conforme afirma Batista (2003: 38), remetendo à crueldade da escravidão. Elias (2014) defende que a violência não é só o resultado das desigualdades sociais, mas a causa delas e de suas mazelas, o principal fator estruturante da nossa sociedade.

(...) a formação do que atualmente conhecemos como “sociedade brasileira” é, respeitando-se as matizes históricas regionais, resultado de um processo de colonização que tem como base dois elementos que são a materialização mais genuína da violência: a guerra de conquista e a escravidão (esta não é uma interpretação, mas um fato frio indisputável). Estes dois elementos se sobrepuseram, de alguma maneira, entre a chegada dos europeus ao nosso atual território (havia guerras de conquista entre os indígenas no período pré-cabralino, mas estas são incomparáveis à escala genocida global da expansão ibérica) e o avanço do “desenvolvimento” promovido pelo estado na Amazônia durante o regime militar, já na década de 1970 (consideremos o massacre de dois mil waimiri-atroaris com gás venenoso e napalm para a construção da BR-174, no estado do Amazonas, entre 1972 e 1975, apenas um episódio do processo (ELIAS, 2014).

#### 4. Ondas de violência

Uma das principais práticas jornalísticas que corrobora para a sensação do medo é a atribuição do sentido de “onda de violência” em determinados períodos e locais. Esse sentido de “onda” é construído, muitas vezes, com a criação do que Matheus (2008) chamará de elos narrativos, atribuindo um sentido de continuidade a casos que não estejam necessariamente ligados. Para além de reforçar a sensação de medo, esse sentido de “onda”, “surto”, “epidemia”, comumente usado pela mídia, faz parecer, segundo Chauí (2006), que a violência acontece na superfície, sem afetar a “essencial não-violência brasileira”, como se a violência fosse momentânea, passageira, e pudesse ser coibida por medidas pontuais e repressivas.

No caso do arrastão do trem da SuperVia, a matéria termina dizendo que houve dois arrastões em linhas do metrô no mês anterior. Em 20 de abril, ao noticiar que a adolescente Waleska Soares, de 13 anos, foi baleada em Bangu após ser roubada por “um jovem que aparentava ter a mesma idade dela” (ADOLESCENTE, 2015, p.8), a matéria termina lembrando que, em janeiro, uma criança de quatro anos morreu após ser atingida por uma bala perdida a “poucas quadras do local” onde Waleska foi assaltada. No caso de Idília Silva, uma idosa de 70 anos baleada no Rocha, as falas dos moradores incluídas na matéria são: “todo dia tem assalto e tiroteiro” e, última frase, “vemos muitos assaltos, vários são praticados por adolescentes em bicicletas” (IDOSA, 2015, p.14).

O exemplo mais significativo dos direcionamentos de sentidos para uma atmosfera de medo e de adolescentes como “ameaça” à segurança pública é a cobertura sobre roubos na Lagoa. De 24 a 28 de abril o jornal traz diariamente, com exceção do dia 25, uma matéria sobre assaltos de bicicleta, com faca, neste que é um dos principais pontos turísticos da cidade. A primeira matéria, do dia 24 – “Ladrões com faca atacam na Lagoa” não cita que os ladrões são adolescentes: a suspeita recai para uma dupla, sem citar nenhuma característica, nem idade. O

clima de medo se concretiza, principalmente, nas falas das pessoas ouvidas pelo jornal: o pai de uma das vítimas diz que “a Lagoa virou um pesadelo”; o “olho” destaca que o inspetor teria “perdido a conta da quantidade de registros de roubos de bicicletas” (ALENCAR, 2015, p. 11).

Na matéria do dia 26 – “Adolescente esfaqueado e roubado na Lagoa” - os suspeitos são meninos de 12 a 16 anos, que pertenceriam a uma gangue. A fala da mãe da vítima é exemplar da dicotomia “nós”, cidadãos de bem, *versus* “eles”, violentos, apontada por Chauí, que se reflete também na ideia de a quem pertence, e quem “merece”, a cidade e o país: “Estou anestesiada. Adoro o Rio, morei 11 anos fora e acho que não sou eu quem tem que sair daqui” (BOERE, 2015, p 28).

Se há violência, é praticada por gente que não faz parte da nação brasileira (mesmo que aqui viva e aqui tenha nascido). O mito produz a imagem de um “nós” contra um “eles” que coloca estes últimos como fora da nação, em suas margens (CHAUÍ, 2006: 125).

As narrativas das matérias do dia 24 e 28 também marcam uma oposição entre aqueles que são da área, as vítimas, e os de fora, que chegam para trazer a violência. Fazem isso, por exemplo, ao ressaltar o tempo de moradia - “Morador do bairro desde 1982, o aposentado Paulo Moreira(...)” (COSTA, 2015, p.14) - ou associação ao clube local - “Felipe, que faz aulas de remo no Flamengo diariamente há um ano(...)” (BOERE, 2015, p. 28)-, em contraponto à “origem” - “ambos moram na favela Nelson Mandela, em Manguinhos” (COSTA, 2015, p.14) - ou “destino” dos assaltantes - subtítulo: “Fuga para Maré” (ALENCAR, 2015, p.11). Para além das questões de cor e classe social, essa oposição marca também uma determinada representação da cidade, da qual as periferias, sobretudo as favelas, não fazem (ou não deveriam fazer) parte. Conforme afirma Silva (2012)

(...) as favelas e seus moradores passaram a ser percebidos de forma homogênea, apesar de sua rica diversidade (tipo de sítio; densidade populacional; acesso a serviços e equipamentos; perfil populacional; grau de organização comunitária etc) como espaços desprovidos de condições básicas de cidadania, na verdade, espaços de subcidadãos (Op. Cit: 4).

Segundo Birmann (2009), a estratégia de regulação da pobreza na sociedade brasileira passa pela criminalização constante das populações das comunidades e dos enclaves marginais.

Embora não use a palavra “onda”, o destaque e repercurssão do *O Globo* sobre os casos - quatro matérias sequenciais, duas delas<sup>vi</sup> de quase meia página, três delas com foto- direciona os

sentidos para pensar os assaltos a faca na Lagoa, praticados por adolescentes, como um grande problema da segurança pública da cidade naquele momento. Tanto que, no feriado de 1º de maio, foi organizado uma manifestação por mais segurança no local. O protesto, que reuniu 200 pessoas, ganhou matéria de quase uma página no dia seguinte no *O Globo*.

No mês que os assaltos a facas na Lagoa se tornaram um dos principais temas de violência urbana reportados pelo *O Globo*- junto com o assassinato do menino Eduardo de Jesus por policiais no Complexo do Alemão, em 2 de abril, que gerou uma série de reportagens com a retranca “Infância Interrompida”-, foram registrados 422 mortes violentas<sup>vii</sup> no estado do Rio de Janeiro e 420 estupros, segundo os dados do Instituto de Segurança Pública (ISP)<sup>viii</sup>. Os índices servem como um contraponto possível ao destaque que os casos ganharam n’ *O Globo*.

Não se trata de dizer que os episódios não merecem importância na imprensa, mas questionar o tamanho da repercussão e, sobretudo, os outros sentidos possíveis, para além do reforço da atmosfera do medo e da cobrança por uma resposta policial e punitiva. Questões como o porquê do interesse por bicicletas, qual círculo esse tipo de mercadoria percorre, quem revende e quem compra, por exemplo, não são abordadas. Levantar essa cadeia e seu destinatário final poderia servir como antídoto para a ideia de que o problema da violência vem de um determinado grupo específico, de locais estigmatizados da cidade, das “classes perigosas”.

## 5. Considerações finais

A partir da análise do jornal *O Globo* de abril de 2015 é possível perceber que o discurso do medo, reproduzido pelo jornal nas reportagens analisadas, contribui para produção da subjetividade de classes perigosas para a infância pobre e está sendo usado, mais uma vez, para a imposição de medidas repressivas a determinados grupos sociais. Desta vez, trata-se de argumentos usados para sustentar a Proposta de Emenda Constitucional que visa reduzir a maioria penal de 18 para 16 anos. A figura de classes perigosas se materializa, novamente, na infância pobre, aquela que se tornará, ou, antes – como diz o editorial de *O Globo* – já é, uma ameaça à segurança pública – em especial à segurança das elites.

Esse discurso se materializa também nas falas das fontes ouvidas para as matérias, que demonstram o medo de viver no Rio e marcam uma distância entre “nós” e “eles”. Fontes essas sempre ligadas às vítimas imediatas do crime ou ao aparato policial do Estado, responsável por manter a segurança. Os suspeitos e suas famílias, quando apreendidos, não são ouvidos, nem

mesmo a Vara da Infância e da Juventude. Outro silenciamento importante é da cadeia de compra e venda que alimenta o roubo de bicicletas. Uma das vertentes que poderia ter sido levantada é qual a demanda por esse produto roubado e quem é o consumidor final. Esse questionamento, como dissemos anteriormente, poderia servir para embaralhar os imaginários de vítima e culpado e complexificar a questão.

Pensar a atuação da mídia no debate sobre a redução da maioria penal e na cobertura de atos infracionais cometidos por crianças e adolescentes é tentar evitar os perigos de reafirmação das estruturas desiguais e violentas da sociedade brasileira e buscar outras maneiras - mais complexas, mais plurais, menos superficiais - de abordar a questão da criminalidade e da violência urbana no país.

## Notas

<sup>i</sup> “A delinquência juvenil, às vezes com atos de violência extremada, é uma crescente ameaça à segurança da sociedade...” e “(...) inimizabilidade de jovens e perigosos delinquentes” (OPÇÕES, 2015, p. 14).

<sup>ii</sup> Em março de 2017, data de envio deste artigo, a PEC da redução da maioria penal está em análise no Senado, após ser aprovada pela Câmara dos Deputados nos dois turnos.

<sup>iii</sup> A ONG contabiliza cidades com mais de 300 mil habitantes e descarta países que estão declaradamente vivendo conflitos armados, como Iraque e Síria.

<sup>iv</sup> Recurso gráfico usado para ressaltar trechos, em geral, falas das fontes.

<sup>v</sup> A expressão atribuída a Sergio Buarque de Hollanda a partir do estudo da “cordialidade brasileira” em Raízes do Brasil tem utilização ambígua e equivocada (BENEVIDES, 1983).

<sup>vi</sup> Matérias de O Globo de 24 e 25/04/15, editoria Rio (“Ladrões com facas atacam na Lagoa” e “Adolescente esfaqueado e roubado na Lagoa”).

<sup>vii</sup> A classificação de morte violenta inclui homicídio, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e homicídio decorrente de intervenção policial

<sup>viii</sup> Site do ISP: [www.isp.rj.gov.br/Noticias.asp?ident=317](http://www.isp.rj.gov.br/Noticias.asp?ident=317).

## Referências

BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BATISTA, Vera Malaguti. Mesa- **Estado Penal e funções do cárcere na contemporaneidade: produção de subjetividade e de criminalidade**. In.: Conselho Federal de Psicologia (2010). **Atuação do psicólogo no sistema prisional**. Brasília: CFP, 2010.

BARTELT, Dawid Danilo. **A mídia em campanha**. Revista de História da Biblioteca Nacional, 2014. [www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/a-midia-em-campanha](http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/a-midia-em-campanha)

BENEVIDES, Maria Victoria. **Violência, Povo e Polícia**. Violência Urbana no noticiário de imprensa. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BIRMAN, Joel. **Sociedade sitiada. In Cadernos sobre o mal. Agressividade, violência e crueldade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Democracia e autoritarismo. In Simulacro e poder: uma análise da mídia.** São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

COIMBRA, Cecília. **Operação Rio - o mito das classes perigosas.** Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2001.

ELIAS, Rodrigo. **“Curtindo” um castigo.** Revista de História da Biblioteca Nacional: 2014.  
[www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/curtindo-uma-violencia](http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/curtindo-uma-violencia)

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (Org.). **Vida sob cerco: violência e rotinas nas favelas do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MATHEUS, L. C. **O medo como mídia: estratégias de narração no jornalismo de O Globo. Jornalismo e Narrativas.** Contracampo. Niterói (RJ): PPGCOM-UFF, 2008.

MATTOS, Romulo Costa. **As “Classes Perigosas” Habitam as Favelas: um Passeio pela Crônica Policial no Período das Reformas Urbanas.** Revistas de Ciências Sociais da PUC-Rio, 2009.

MENDONÇA, Kléber. **A Punição pela Audiência – Um estudo do Linha Direta.** Rio de Janeiro: Quartet, 2002.

NEDER, Gizlene. **Cidade, Identidade e Exclusão Social.** Tempo, Rio de Janeiro, Vol. 2, nº 3, 1997, pp. 106-134.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos.** 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

\_\_\_\_\_. **O inteligível, o interpretável e o compreensível,** in ZILBERMAN, Regina & SILVA, Ezequiel Theodoro (orgs). *Leitura, perspectivas interdisciplinares.* São Paulo: Ática, 1991.

SILVA, Edilson Márcio Almeida da. **A construção da violência urbana como problema público: o jornal como ator político. In.: Notícias da Violência Urbana: um estudo antropológico.** Niterói: EDUFF, 2010.

SILVA, Jailson de Souza. **"As Unidades Policiais Pacificadoras e os novos desafios para as favelas cariocas".** In: Marco Antonio da Silva Mello; Luiz Antonio Machado da Silva; Leticia de Luna Freire & Soraya Silveira Simões (orgs.), **Favelas cariocas. Ontem e hoje.** Rio de Janeiro: Garamond, 2012. pp. 415-432.

VENTURA, Zuenir. **Cidade partida.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

## Reportagens

**ADOLESCENTE de 13 anos é baleada em Bangu.** O Globo, Rio de Janeiro, p.8, 20 abril 2015.

ALENCAR, Emanuel. **Ladrões com faca atacam na Lagoa.** O Globo, Rio de Janeiro, p. 11, 24 abril 2015.

BOERE, Natália. **Adolescente esfaqueado e roubado na Lagoa.** O Globo, Rio de Janeiro, p. 28, 26 abril 2015.

COSTA, Ana Cláudia. **Roubos na Lagoa: mais três jovens detidos.** O Globo, Rio de Janeiro, p. 14. 28 abril 2015.

**IDOSA é atingida por bala perdida em confronto no bairro do Rocha.** O Globo, Rio de Janeiro, p.14, 21 abril 2015.

NASCIMENTO, Rafael. **Dois jovens são capturados após arrastão em trem.** O Globo, Rio de Janeiro, p.16, 1 abril 2015.

**OPÇÕES à disposição.** O Globo, Rio de Janeiro, p. 14, 6 de julho 2015.